

# Administrar bem o tempo presente

Para qualquer período de Governo, seja de que nível for, menos de dois anos é tempo restrito, que pouco pode proporcionar. Assim, euforias à parte, cumpre ao Presidente procurar administrar bem o tempo que sobra para o seu mandato, tendo em conta que, no corrente ano e no próximo, o País sofrerá o tumulto administrativo e político de duas eleições, a dos municípios e a da sua própria sucessão. Tirando a prova dos nove, mesmo com os cinco anos, o que resta será muito pouco.

Torna-se necessário, portanto, conter os arroubos e os entusiasmos dos áulicos e dos políticos franciscanos, cada um deles querendo direcionar os atos do Governo para o que lhes possa trazer, uns dividendos eleitorais, outros favores pessoais. Para eles tudo pode servir, mas se o Presidente ceder a essas pretensões e influências, seu tempo fluirá "in albis" e a história pouco terá que registrar.

Quando voltar dos States, recolhidos mais mais uma vez os aplausos internacionais e sentindo-se fortalecido, como está, pela aprovação do tempo de mandato

que reivindicou e pela derrota política de seus adversários pessoais, seria prudente que o chefe da Nação revisse os seus objetivos, em função do tempo, das prioridades, das possibilidades, das conveniências e das oportunidades. Uma orientação cibernética para o Governo.

E, aí, entraria em pauta a necessidade maior que é a recuperação da economia. Como se sabe, porque os que entendem da matéria não cansam de dizer isso, e os exemplos que vêm de fora o confirmam, nada poderá ser conseguido sem traumas. Tem a sorte, o Presidente, de ter agora um ministro da Fazenda, o paraibano Mailson, sem peias políticas, revestido de competência e de credibilidade, que não cederá a concessões descabidas se não for na ponta da espada, porque aí ninguém é de ferro.

Que venham pois as medidas traumáticas, tomadas com o cuidado da verdade e da honestidade, contemplando os que devem e podem ser contemplados, e os há muitos neste País que exibem acintosamente suas imunidades ou escapadelas. Não se deve taxar os

que trabalham nem cultivar a mania de punir os ricos e as fortunas, porque estes não são pecadores ao julgamento tomista. O Governo deve limitar-se a taxar aquilo que a riqueza proporciona sem derivar do trabalho, o qual é, em si, um fator de distribuição de renda. Nas receitas operacionais do empresariado estão embutidos o trabalho, a produção, o pagamento de impostos indiretos, os salários e o lucro do capital investido. O escândalo está nas rendas financeiras emanadas do parasitismo, em que o lucro é pecador. Por aí, portanto, é que se tem de começar e talvez não seja preciso ir mais adiante. Taxas muito baixas para o que é operacional e muito altas para o que é parasitário.

Esqueça o Governo as obras faraônicas, mesmo que necessárias, porque não há tempo para isso, mas dedique, o que lhe sobra, ao enxugamento das estatais, este novo tipo de formiga saúva que corrói o País. Há as que precisam ficar e as que nunca deveriam ter existido. Fazendo alguma coisa nessa direção, os cinco anos serão bem-merecidos e certamente bem-lembrados.